ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Auditório A do Mezanino – Edifício Cidade I – Rua Boa Vista, 170, Centro – Cidade de São Paulo reuniram-se os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Habitação de São Paulo – CEH-SP: Silvio Torres (Secretário Estadual da Habitação e Presidente do Conselho Estadual da Habitação - CEH), Abelardo Campoy Diaz (Secovi SP), Amauri Pollachi (SSRH), Flavio Augusto Ayres Amary (AELO), Helio Hamilton Vieira Junior (COHAB Santista), José Floriano de Azevedo Marques Neto (SEHAB), Jose Roberto M. de Carvalho (FECAP5), José Salgueiro Silva (Núcleo Betel), José Valdeci Evangelista (FIMAPROM), Luiz Roberto dos Santos (STM), Marco Antônio Alves Jorge (COOPERTETO), Maria Claudia P. de Souza (CDHU), Moises Baum (SPDR), Sidnei Antônio Pita (UMM-SP), Silvio Vasconcellos (CDHU), Sonia Aparecida Teixeira (Ass. Nova Jerusalém), Eduardo Trani (Secretário Executivo do Conselho) e Mônica Bartié Rossi (Apoio Executivo), para a realização da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Habitação. Compuseram a mesa: Silvio Vasconcellos, representando Antonio Carlos Amaral Filho (Diretor-Presidente da CDHU), João Manoel Scudeler de Barros (Assessor da Secretaria da Habitação – Casa Paulista) e Lacir Ferreira Baldusco (Assessor de Planejamento da Secretaria da Habitação – SH). Instalada a sessão, às 15h15min, **Silvio Torres** inicia a 9ª Reunião Ordinária do CEH, ressaltando que, de acordo com a legislação específica, este ano encerra-se o mandato dos atuais Conselheiros e consequentemente os trabalhos realizados pela atual composição do Conselho. Portanto, esta reunião será, também, uma prestação de contas, com a apresentação das ações mais importantes realizadas no triênio dessa gestão. Informa que o processo de substituição de representação no Conselho se encontra em curso e que, especificamente, com relação aos representantes das organizações populares, o processo de cadastramento das entidades está finalizado, definindo-se o agendamento do encontro para a eleição dos novos Conselheiros. Para tal, sugere o dia vinte e sete de novembro, de modo que, na próxima reunião deste Conselho, prevista para o dia dezessete de dezembro, o processo esteja concluído e os novos membros empossados.
Acrescenta que, a SH está à disposição quanto á liberação de espaço físico e apoio logístico para a realização do referido encontro. Informa a necessidade de realizar a transição dos conselheiros de modo formal e solene, em conversação com o Gabinete do Governador. Dando continuidade à pauta, o Secretário **Silvio Torres** pergunta se há algum questionamento quanto à Ata da 8ª Reunião, encaminhada previamente a todos os Conselheiros e, sem objeção, todos a aprovam. **Silvio Torres** deixa seus agradecimentos a todos os participantes deste Conselho, ressalta que o Estado de São Paulo foi o primeiro a instalar o Conselho Estadual de Habitação, o qual hoje é referência de participação social no debate de bons projetos. Informa que o Programa de Parceria Público-Privada (PPP) - a primeira PPP realizada no Brasil no âmbito de habitação de interesse social, com a construção de vinte mil e duzentas (20.200) moradias na área central de São Paulo – lançará o edital, provavelmente no dia vinte e dois de novembro, a depender somente de acertos de data do Governo de São Paulo com a Prefeitura Municipal. Essa PPP marca uma nova etapa de projetos diferenciados para atender as demandas da habitação. Esse modelo de fomento, com a criação da Casa Paulista, cumpre suas finalidades, por meio de parcerias com instituições e com o setor privado. Dessa forma, São Paulo continuará na vanguarda no atendimento às demandas habitacionais, uma vez que, ao mesmo

tempo em que é o mais desenvolvido, apresenta maior demanda e por isso possui a obrigação de apresentar os melhores projetos e os melhores resultados. Por fim, agradece as parceiras com as prefeituras municipais, especialmente a Prefeitura Municipal de São Paulo, representada pelo Secretário José Floriano, associada ao projeto da PPP Área Central, e a outros projetos futuros. Agradece também as entidades, que, com a parceira com o Programa Minha Casa Minha Vida, estão com maior fluidez, demonstrada pela superação de problemas iniciais de burocracia e valores. Coloca que o desafio daqui para frente é a realização de bons projetos destinados à demandas prioritárias, e passa a palavra ao assessor da Casa Paulista, **João Manuel Scudeler de Barros.** Este inicia sua fala cumprimentando a mesa e apresenta o balanço dos trabalhos da Casa Paulista, começando pela parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Hoje a Casa Paulista possui quarenta e oito mil cento e quarenta e cinco (48.145) unidades habitacionais entregues, contratadas e com aportes emitidos. Destas, duzentas e dezoito (218) já foram entregues em Guarulhos e quarenta e sete mil novecentos e vinte e sete (47.927) estão entre as contratadas e com aportes emitidos. Isto significa um investimento total de quatro bilhões (R$ 4 bilhões), sendo setecentos e setenta e um milhões e duzentos mil (R$771,2 milhões) provenientes da Casa Paulista, três bilhões e duzentos milhões (R$3,2 bilhões) do Governo Federal e treze milhões (R$13 milhões) como contrapartida das entidades parceiras. Para 2014, há a previsão de vinte e sete mil cento e trinta e três (27.133) unidades habitacionais, divididas entre aportes solicitados pelo Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal. Estas totalizam dois e meio bilhões (R$2,5 bilhões) de investimento, sendo quinhentos e trinta e sete milhões do Governo do Estado (R$537 milhões), dois bilhões (R$ 2 bilhões) do Governo Federal e quatro milhões (R$4 milhões) em contrapartidas. Informa ainda, que a soma de 2013 e 2014 atinge aproximadamente setenta e cinco mil, duzentas e setenta e oito unidades (75.278) unidades habitacionais totalizando seis bilhões e setecentos milhões de investimentos (R$ 6,7 bilhões). Somando estes valores às próximas que possivelmente virão, a meta traçada entre o Governo Federal e o Governo Estadual de São Paulo, de cem mil unidades habitacionais (100.000), será atingida. Os outros programas da Casa Paulista continuam em operação de forma acelerada: o Programa Servidor Público Estadual, ultrapassou a meta com mil e quatorze operações (1.014) e um investimento de vinte e um milhões (R$21 milhões) do Governo do Estado em uma média de vinte mil setecentos e setenta e cinco reais (R$ 20.775) por operação. Outro programa em andamento, junto à Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, é o Programa Microcrédito – Banco do Povo, com setecentos e setenta e quatro (774) operações realizadas e um investimento de cinco milhões e cem mil reais (R$5,1 milhões), do Governo do Estado, o que dá uma média de seis mil e novecentos (R$6.900) em cada operação. Neste Programa de Microcrédito, os servidores públicos dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), podem acessar até sete mil e quinhentos reais (R$7.500) de crédito com juros de 0,5% a.m. Para finalizar, Programa Moradia Melhor possui cerca de oitocentos e cinquenta e cinco (855) lotes no mapeamento com doze milhões (R$12 milhões) em vias de ser investidos e o Programa Lotes Urbanizados possui quinhentos e oitenta e sete (587) lotes, onde o Estado aportaria recursos para a infraestrutura somando aproximadamente quatro milhões e quatrocentos mil reais (R$4,4 milhões). Encerra sua fala e agradece. **Silvio Vasconcelos** é o próximo a tomar a palavra para apresentar o balanço da CDHU: este ano a CDHU completa 46 anos de existência, nos quais atuou em 623 municípios,

totalizando, até o último mês, quinhentos e cinquenta e oito mil (558.000) famílias atendidas, com quinhentas mil (500.000) unidades a ser atingidas no 1º trimestre de 2014. É destacada a forte atuação da Companhia nas Regiões Metropolitanas, sobretudo na cidade de São Paulo, Guarulhos, região Campinas, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. Há, no mapa de atendimento da CDHU, poucas cidades que não foram atendidas. Atualmente, duzentos e trinta e sete (237) municípios estão sendo atendidos, somando um canteiro de obras em torno de quarenta mil (40.000) unidades. Há quatrocentos e quarenta e seis (446) municípios programados para atendimento nos programas de Empreitada Global e também nas Parcerias com Municípios. Programados nas várias modalidades são cento e trinta e cinco mil (135.000) atendimentos. Há uma forte tendência de atendimento nas regiões litorâneas e em algumas regiões metropolitanas. Encerra sua fala, agradece a todos. **Silvio Torres** complementa informando que a prestação de contas está à disposição dos Conselheiros, caso queiram detalhes sobre onde estão sendo realizados os investimentos. Além dos programas apresentados, a Secretaria da Habitação possui o Programa Cidade Legal que regulariza os lotes por todo o Estado, com o apoio das prefeituras. Há também, sob responsabilidade da Secretaria da Habitação, o GRAPOHAB que faz a apreciação dos loteamentos. Informa que no último sábado foi iniciado um processo de assinatura de convênios e de resposta a todo o Estado de São Paulo - em reuniões com a presença do Governador – nos encontros regionais realizados desde março. Foram realizados, pela Secretaria da Habitação juntamente à CDHU, vinte e cinco encontros regionais no interior e na grande São Paulo, e ouvidas as demandas, esclarecidos os procedimentos de atendimento e atualizados os projetos em andamento, com a participação do corpo técnico. Em cinco meses foram atendidos quase cem (100) municípios, nas regiões de Presidente Prudente, Bauru e Marília. Pretendemos, até o final do ano, completar o atendimento a trezentos (300) municípios. Isso significa atendimentos do programa do PHEI, Cidade Legal e atendimentos para o provimento de novas unidades pela CDHU. Foi autorizado o procedimento para que os prefeitos assinem a documentação para a construção de trinta mil (30.000) novas unidades no interior e na Região Metropolitana de São Paulo. Para o ano que vem o objetivo é atender mais de duzentas mil (200.000) famílias. **Silvio Torres** agradece novamente o trabalho de todos. **Eduardo Trani** cumprimenta os membros presentes e prossegue com a pauta relatando os resultados da 5ª Conferência Estadual das Cidades, a qual foi a primeira e ter uma contribuição específica de um Conselho. O CEH enviou oficialmente à Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, organizadora da Conferência, a pauta da *habitação*, a qual foi publicada. Duzentos e setenta e sete (277) municípios que aderiram à Conferência, com representação de todas as Regiões e expressão da Região Metropolitana de São Paulo, que, dos trinta e nove (39) municípios, trinta e um (31) estavam presentes. Foram cerca de três mil e trezentas (3.300), propostas que permitiram a confecção deste trabalho de sistematização. O Governador, no primeiro dia da Conferência, baixou o decreto de criação do Conselho Estadual das Cidades, esperado há mais de 12 anos, agregando-o aos oitenta e oito (88) conselhos do Estado. O Conselho Estadual das Cidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva com a finalidade de propor e deliberar sobre diretrizes para formulação e implementação da política Estadual de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar sua execução. O Conselho será composto por noventa e dois (92) membros representantes do poder público Estadual, dos poderes públicos Municipais, da sociedade civil e de representante

do Conselho das Cidades. Ano que vem o Governador dará posse a esse Conselho, que deverá congregar os demais conselhos estaduais relacionados às políticas urbanas. **Eduardo Trani** apresenta o documento final da 5ª Conferência Estadual das Cidades, que foi para Brasília, o resumo da última parte do documento, as Prioridades da Política de Desenvolvimento Urbano do Estado com os sete (7) itens que irão orientar os debates do Conselho Estadual das Cidades, resumidos da seguinte forma: Cidade Inclusiva, Coesão Territorial e Urbana, Conectividade Territorial e Competitividade Econômica, Cidade de Oportunidades, Cidade Acessível, Cidade Planejada e Cidades Integradas. A palavra passa à **Lacir Ferreira Baldusco**, que cumprimenta todos e faz uma introdução sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido entre a Secretaria da Habitação e CDHU com a EMPLASA, visando à elaboração do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional e do Sistema Integrado de Demanda Habitacional, o qual consiste em um sistema integrado por quatro (4) sistemas: de demanda, de beneficiados, SIHAB Município e SIHAB Metrópole. A ideia é basicamente identificar os beneficiários da política habitacional Estadual ou Municipal através de um sistema de dados e informações georeferenciadas, evitar a duplicidade do atendimento habitacional, compartilhar os dados e informações entre os agentes envolvidos, oferecer análises intraregionais e a oferta de habitação de interesse social. É um instrumento não só de atendimento habitacional, mas também de planejamento, visando produzir insumos às ações habitacionais no território a ser desenvolvido. A palavra passa à **Maria Claudia Pereira de Souza** que cumprimenta todos, e prossegue a apresentação do trabalho realizado entre a SH/CDHU e a EMPLASA. Coloca a importância de trazer este trabalho ao CEH, uma vez que este acompanhou a elaboração do Plano Estadual de Habitação e o aprovou na reunião ao final de 2011, deixando claro que a questão do atendimento habitacional nas regiões metropolitanas que merecia um aprofundamento maior. Ressalta que a Macrometrópole Paulista, é composta por 173 Municípios, representando 73% da população do Estado, e agregam mais de 90% dos domicílios em favelas e em situação de risco. A CDHU tem atuado neste contrato como agente técnico, e o trabalho vem sendo desenvolvido em duas frentes: uma frente dos Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Habitacional que visa pensar como os problemas habitacionais refletem no território, e como todas políticas públicas, não somente a habitação, tem tratado os problemas gerais. A partir de então, quais são as oportunidades que surgem para a ação habitacional. A outra frente é o Sistema Integrado de Demanda e Atendimento Habitacional que vai ter os quatro componentes, com destaque para a integração das informações de habitação, uma demanda das Regiões Metropolitanas, especialmente da Região Metropolitana da Baixada Santista e de Campinas. Dentre os resultados obtidos, já encontram-se o Diagnóstico dos Assentamentos Precários da Macrometrópole Paulista, realizado pelo CEM/CEBRAP em parceria com a EMPLASA, o qual demonstra que a situação dos assentamentos precários continua tão grave como anteriormente. O trabalho demonstra os assentamentos subnormais no Censo de 2010 agregados à identificação de outros, os quais o Censo não consegue identificar. Dessa forma, é possível notar um importante incremento dos assentamentos precários na Macrometrópole Paulista, se comparado ao diagnóstico realizado pelo Censo. É preciso ser dada especial atenção à Região Metropolitana de Campinas, à Aglomeração Urbana de Jundiaí e à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte as quais demonstram grande incremento no diagnóstico. Esse mapeamento indica que, embora haja uma quantidade significativa de municípios que

fizeram os cadastros habitacionais, cada cadastro não *conversa* com os outros, nem com outros agentes. Da mesma forma, foram mapeados os municípios que fizeram planos locais de habitação de interesse social e observa-se que há uma incidência menor destes, demonstrando desigualdades e falta de integração entre eles. Até mesmo na Região Metropolitana de São Paulo ainda há uma gama de municípios que não fizeram seus planos locais. A ideia é criar sistemas de informações, de demanda, de beneficiados, de informações territoriais - que vai apontar os assentamentos precários nos moldes do que o Município de São Paulo tem desenvolvido com o HABISP PLUS -, que atue como importante instrumento capaz de diagnosticar o que está ocorrendo nas cidades e nos bairros, tudo isso convergindo para um sistema de informações habitacionais que interajam com os planos de cada uma das Regiões Metropolitanas. Dessa forma, a ideia é criar bases únicas que agreguem as informações em cada um desses componentes, formando um sistema para trabalhar nas Regiões Metropolitanas e futuramente estender para todo Estado de São Paulo. O sistema de demanda vai criar uma plataforma única que os municípios possam, ao aderir a esse sistema, levantar seus cadastros e colocar em uma mesma base, de modo a integrá-los. O sistema de beneficiados está em tratativa com a Caixa Econômica Federal, a partir da iniciativa da EMPLASA, da Secretaria da Habitação e CDHU, um termo de cooperação para criar a base desse sistema de beneficiados e com a adesão dos municípios para criar uma forma acessar os dados, sendo essa base única acessível para todos. O último é sobre a parte territorial, o Município de São Paulo e de São Bernardo possuem mapeados os núcleos de assentamentos precários e o atendimento habitacional. A elaboração de uma base de mapeamento dos núcleos é de interesse de várias políticas, e, uma vez criado o sistema, conta-se com outras fontes de recursos dando um suporte efetivo para os municípios implantarem os seus sistemas de informações territoriais e com isso incentivar sua capacitação. **Eduardo Trani** toma a palavra e ressalta a importância deste trabalho, pois, além da oferta, é preciso conhecer a demanda e a dinâmica dos municípios. Abre espaço para a participação dos Conselheiros. **Sidney Antônio Pitta** é o primeiro conselheiro a se manifestar colocando os avanços que este CEH teve. Dentre esses avanços, é preciso não esquecer o legado que foi produzido pela Câmara Técnica. Outro avanço foi o Conselho Estadual das Cidades, que permitiu a participação de vinte membros populares. Isso torna possível a ampliação da participação e contribuição social dentro desse Conselho. **Amauri Pollachi** faz um breve comentário sobre a exposição feita por Lacir e por Maria Claudia, informando que tem atuado na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos com uma orientação muito clara para uma integração entre políticas públicas de variados setores para a recuperação das áreas de mananciais. Entende ser impossível recuperar áreas de mananciais que foram degradadas com a ocupação desordenada e promover esse processo de recuperação somente mediante o viés de uma política de saneamento, ou com uma política de habitação, ou de preservação ambiental, ou de requalificação urbana. A integração dessas políticas é que promovem a recuperação de um espaço territorial degradado. Dessa forma, apoia planos e políticas que possam promover esse processo de integração. É nesse contexto que está colocado o Programa Mananciais, coordenado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Aborda a questão da cartografia georeferenciada para toda a região metropolitana em um trabalho conjunto com a EMPLASA, no sentido de estender o trabalho a toda a área da Macrometrópole Paulista. Recentemente foi realizada uma exposição nos Comitês de Bacias Hidrográficas sobre um estudo que apontou as

perspectivas de utilização de recursos hídricos e da demanda para os próximos vinte anos. Esse estudo aponta que teremos que buscar água em mananciais cada vez mais distantes para atender a demanda, tanto de abastecimento de água ao público como industrial e de uso agrícola. É importante que esta área esteja muito bem mapeada para utilizarmos os recursos de forma cada vez mais sustentável. **Rosalvo Salgueiro** cumprimenta todos os presentes e coloca a importância de registar os avanços que aconteceram nos últimos tempos. Cita que os projetos que iam para o GRAPOHAB demoravam e agora não é mais assim, hoje as dificuldades tem sido no relacionamento com a CETESB. É importante que os técnicos ambientalistas tenham claro que não é intenção dos movimentos sociais destruir a natureza, e ao fazer a negociação é preciso entender que todos estão buscando a mesma coisa e cita o exemplo de Guarapiranga, que tem uma legislação específica. Ressalta que é importante buscar a política integrada não só dos bancos de dados e informações, mas das práticas, e que ainda há dificuldades de relacionamento que impedem a fluidez dos processos. Em seguida, **Marco Antônio Alves Jorge (Kim)** cumprimenta Eduardo Trani e sua equipe, assim como todos da Secretaria da Habitação e da CDHU pelo desempenho e esforço na condução dos trabalhos. Coloca que o Conselho das Cidades envolve quatro áreas e uma delas é habitação, juntamente com saneamento, mobilidade e programas urbanos. Dessa forma, o CEH poderia se tornar uma Câmara Técnica do Conselho das Cidades, e atuar como apoio técnico. Para que se possam desenvolver políticas integradas, o CEH deve estar integrado ao Conselho Estadual das Cidades na questão do desenvolvimento urbano. Outro ponto importante a ser destacado é sobre a indicação dos membros para o Conselho Estadual das Cidades: o poder municipal misturou representantes do executivo e do legislativo, entretanto, o legislativo tem seu fórum próprio e queria fazer indicação de seus representantes por região. É importante que haja respeito entre os poderes. Informa que foi realizado na UNICAMP, em Campinas, um seminário com a participação de entidades de moradia da região para discutir a questão das remoções das famílias de terrenos ocupados, e que esta questão deve ser tratada no âmbito do CEH-SP. O Conselho Nacional das Cidades tem criado um grupo de assistência técnica e está estabelecendo grupos regionais, como a Câmara Temática da Região de Campinas, que constituiu um grupo para apresentar sugestões, propostas e problemas. Já foi liberado recurso do Fundo dos Municípios, todavia está parado porque o sistema precisa ser aprimorado. A ideia é colher as dificuldades e as demandas para que o Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades, assim como, o Conselho Gestor do FNHIS destravem as amarras que dificultam a chegada do dinheiro para a assistência técnica à população mais necessitada. Há algumas demandas que possuem recursos, assim como uma enorme diversidade de programas habitacionais para o atendimento, entretanto, talvez pela falta de hábito, muitos ainda não se apropriaram dessa facilidade, e às vezes acabam conduzindo as questões com certa dificuldade. Outras dificuldades estão na parceria da Caixa Econômica Federal com a Casa Paulista no âmbito do PMCMV Entidades. Em uma reunião da Caixa em Campinas, chegou uma informação que o aporte de R$20.000,00 passou para R$10.000,00, houve dúvidas se era verdade. Encerra sua fala. **Abelardo Campoy Diaz** cumprimenta os membros, elogia o trabalho da instalação do CEH, ressaltando o importante papel e atuação de Eduardo Trani. **Eduardo Trani** agradece e enfatiza que o bom desempenho do CEH é fruto do trabalho de todos. Passa a palavra para **Sônia Aparecida Teixeira** que cumprimenta todos e ressalta que o CEH avançou

muito e que precisa avançar ainda mais. A bandeira que se levantou não foi de partido e sim de dignidade e necessidade de moradia. Encerra sua fala agradecendo a todos. **José Floriano de Azevedo Marques Neto** cumprimenta a todos, cita que não se faz mais habitação se não houver a participação conjunta do Município, do Estado e da Federação. Este é o caminho adotado pelo município de São Paulo, com a contribuição do Estado e com a Federação através dos programas MCMV, Casa Paulista, e da CDHU em vários convênios. Essa é uma questão suprapartidária, priorizando a habitação, a dignidade das pessoas, focalizando no bem maior que é cuidar da população carente e principalmente aquela que não tem habitação. Agradece e encerra sua fala. **Eduardo Trani** ressalta a importância de tudo que foi comentado, enfatiza sobre a questão abordada por Kim em relação ao Conselho Estadual das Cidades: necessariamente ele terá que alinhar os diferentes fóruns. No artigo 4º do Decreto 59.549, de criação do novo Conselho, foi colocado que o mesmo contará com o assessoramento de comitês técnicos, dentre eles um de habitação, coordenado pela Secretaria de Habitação, o qual caberá ao Secretario de Habitação conferir poder ao nosso Conselho. Ressalta a importância das reuniões da Câmara Técnica do CEH, que são muito produtivas e conta com a participação de representantes das universidades, entidades, entre outros, possibilitando a ampliação do debate. Reitera que tem a possibilidade de fazer a pauta do CEH conforme as demandas dos Conselheiros e solicita que eles enviem previamente, pelo menos 15 dias antes, quais são os temas que podem ser pautados. Está na pauta da próxima reunião a questão levantada por Marco Antonio Alves Jorge, sobre a assistência técnica e as questões de despejo. Passa a palavra para **João Manuel Scudeler de Barros** que responde sobre a pergunta do Kim: o informe da CAIXA refere-se a municípios com população menor do que 100 mil habitantes e que não estão inseridos em regiões metropolitanas. A Caixa divulgou um informe dizendo que o aporte do Casa Paulista passaria a ser R$10.000,00 nas cidades menores, do interior. A Casa Paulista continua a praticar o aporte de até R$ 20 mil por unidade habitacional em empreendimentos localizados nos municípios das RMs, independente do porte populacional. Para municípios com população maior do que 100 mil habitantes e que não estejam inseridos em RMs, a solicitação de recursos será analisada pela Casa Paulista. Mas, isso não é uma resolução da Caixa, é só um informe e a nota será publicada no site. Passa a palavra para **Lacir Ferreira Baldusco** que ressalta as colocações de Rosalvo Salgueiro e Amauri Pollachi sobre o subcomitê da bacia do Guarapiranga: foi feita uma sugestão de alteração específica da Lei do Guarapiranga, com foco na implementação de uma política habitacional naquela região e que foi encaminhada ao Comitê do Alto Tietê, para melhoria das condições e que tanto a Prefeitura de São Paulo, como outras prefeituras e o Governo do Estado possam atuar especificamente naquela região. Estão criando condições para atender aquela região, não para adensar mais. Existem alguns municípios que tem a Lei de Proteção de Mananciais Metropolitanos, como Juquitiba, São Lourenço, Salesópolis, e outros, e que também existe uma dificuldade de implementar uma política habitacional nessas áreas. Está em andamento uma conversa entre a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Recursos Hídricos: será publicada uma Resolução conjunta na qual a habitação deverá ser entendida como obra de interesse público, a fim de possibilitar outras condições para a intervenção no território quando for atendimento a demandas de moradores em área de risco e em áreas ambientalmente inadequadas. Agradece a participação de todos, aos Conselheiros, ao Eduardo Trani , à equipe e encerra a sessão às 16h45min.